

Presidente da SPC reforça mensagem da Carta Europeia para a Saúde do Coração

«A carta só poderá ter impacte positivo na saúde dos portugueses se

O Prof. Hugo Madeira, Presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia (SPC) e do Congresso, explica, em entrevista, em que contexto surgiu a necessidade de criar uma «Carta Europeia para a Saúde do Coração», qual o envolvimento da SPC no cumprimento dos artigos que constam no documento, como espera que a «Carta» venha a contribuir para a saúde cardiovascular dos portugueses e ainda que medidas lhe parecem urgentes para a prevenção da doença cardiovascular



Jornal Pré-Congresso — Em que contexto surgiu a necessidade de criar a «Carta Europeia para a Saúde do Coração»?

Prof. Hugo Madeira — A Carta Europeia para a Saúde do Coração — ou mais simplesmente a Carta do Coração — é o primeiro documento global destinado a evitar a doença cardiovascular (DCV) na Europa. Na realidade, é a primeira resposta pública e doutrinária face à terrível realidade europeia nesta área. De facto, a DCV é a primeira causa de morte entre os europeus e é responsável por cerca de metade de todas as mortes ocorridas anualmente na Europa — cerca de 4,35 milhões nos 52 Estados-membros da Região Europeia da Organização Mundial de Saúde (OMS) e mais de 1,9 milhões na União Europeia.

ADCV é mesmo responsável pela morte de mais pessoas do que todas as formas

de cancro combinadas!

Foi neste contexto de doença «epidémica» que surgiu a necessidade de emitir doutrina sobre a forma de melhor a combater. É objectivo da Carta do Coração «reduzir substancialmente o peso da DCV na União Europeia e na Região Europeia

da OMS», bem como diminuir «as desigualdades dentro de cada país e entre os vários países, do impacte daquela doença» (Art.º 1.º da Carta).

JPC — Quais as entidades envolvidas na iniciativa?

HM — A Carta Europeia do Coração foi

desenvolvida pela Sociedade Europeia de Cardiologia e pela Rede Europeia do Coração, com o apoio da Comissão Europeia e da OMS. Várias outras organizações europeias e internacionais foram convidadas a assinar e a empenharem-se em combater o sofrimento e a morte precoce associados à doença cardiovascular, através da prevenção.

O envolvimento da SPC

JPC — Qual o envolvimento da Sociedade Portuguesa de Cardiologia (SPC) no cumprimento dos artigos que constam na Carta Europeia para a Saúde do Coração?

HM — Como sociedade científica cuja missão principal é contribuir para um melhor tratamento da população portuguesa, que tem doença cardiovascular, a Sociedade Portuguesa de Cardiologia não podia ficar

Há um longo caminho a percorrer até atingirmos o objectivo final, o qual se pode consubstanciar nesta frase: «Toda a criança nascida no novo milénio tem o direito de viver, pelo menos até aos 65 anos de idade, sem sofrer de uma doença cardiovascular evitável»

No que respeita a Portugal, a prática clínica já está bastante atenta à prevenção da doença cardiovascular. É evidente que a Carta, que a Sociedade Portuguesa de Cardiologia enviou a cerca de 13 mil médicos — cardiologistas, internistas, clínicos gerais, neurologistas —, reavivará as ideias fundamentais a ter presentes



os seus princípios forem levados à prática»



alheia à iniciativa da Sociedade Europeia de Cardiologia, da qual é, aliás, membro, e membro fundador.

A nossa Sociedade representa oficialmente em Portugal a Sociedade Europeia de Cardiologia para a divulgação da Carta (que tem promovido) e para o contacto com o poder político (que tem tido).

JPC — Como espera que a Carta do Coração venha a contribuir para a saúde cardiovascular dos portugueses?

HM — A Carta só poderá ter impacto positivo na saúde dos portugueses se os seus princípios forem levados à prática. Tal implicará uma divulgação generalizada desses princípios entre a população e a aplicação de medidas de carácter social e político que permitam implementar a prevenção.

JPC — Que medidas lhe parecem urgentes para a prevenção da doença cardiovascular?

HM — As medidas que me parecem urgentes estão relacionadas com o combate aos factores de risco associados à DCV e claramente enunciados na Carta — «elevação da pressão arterial e do colesterol sanguíneo, hiperglicemia, excesso de peso/obesidade, consumo de tabaco, dieta pouco saudável, consumo excessivo de álcool e sedentarismo».

Todavia, estes não são os únicos factores de risco que podemos combater e que, embora indirectamente, influenciam a saúde cardiovascular. Estão neste caso o rendimento disponível nas famílias, a educação, as condições de vida e de tra-

balho. E estes factores, se quisermos fazer um trabalho sério, terão que ser levados em linha de conta. Por exemplo, está demonstrado que as populações que vivem em piores condições socioeconómicas são mais afectadas pela DCV.

Políticas da Saúde e factores de risco

JPC — Como podem as entidades governamentais que definem as políticas da Saúde actuar sobre o controlo dos factores de risco, como a obesidade (particularmente nas crianças), a hipertensão, a diabetes ou dislipidemias?

HM — O êxito, necessariamente a longo prazo, do objectivo da Carta do Coração depende da eficácia com que se instruir e educar sanitariamente a população, se cumprir a missão dos profissionais de saúde e se convencer o poder político a criar as condições para que tal aconteça.

Já que fala de obesidade e de crianças, faço-lhe também uma pergunta: já pensou nas consequências da inexistência de ginásios, de pavilhões ou de acesso a eles, em milhares de escolas por esse país fora? Como é que podemos convencer os futuros jovens a criar hábitos de saudável exercício? O poder político tem aqui graves responsabilidades.

Já pensou como seria útil se as empresas de média/grande dimensão dispusessem de um espaço coberto, acessível aos seus funcionários, para a prática de exercício, antes, no meio ou após o trabalho? Que tal benefícios fiscais para as empresas que

É objectivo da Carta do Coração «reduzir substancialmente o peso da DCV na União Europeia e na Região Europeia da OMS», bem como diminuir «as desigualdades dentro de cada país e entre os vários países, do impacte daquela doença» (Art.º 1.º da Carta)

A nossa Sociedade representa oficialmente em Portugal a Sociedade Europeia de Cardiologia para a divulgação da Carta (que tem promovido) e para o contacto com o poder político (que tem tido)

«Há um longo caminho a percorrer»

Jornal Pré-Congresso — Na prática, o que foi feito até agora, a nível da Europa, à luz da Carta Europeia para a Saúde do Coração?

Prof. Hugo Madeira — As sociedades nacionais de Cardiologia dos países europeus estiveram empenhadas nestes primeiros meses de campanha, desde a apresentação da Carta ao Parlamento Europeu, em Junho último, em acções de divulgação junto dos profissionais de saúde e do público em geral. Fizeram-no com recurso aos meios de comunicação social e outros, julgo que com razoável sucesso. Mas é preciso continuar, porque há um longo caminho a percorrer até atingirmos o objectivo final, o qual se pode consubstanciar nesta frase: «Toda a criança nascida no novo milénio tem o direito de viver, pelo menos até aos 65 anos de idade, sem sofrer de uma doença cardiovascular evitável» (Declaração de São Valentim, conferência Winning Heart, 14 de Fevereiro de 2000.)

se decidissem a fazê-lo?

JPC — A implementação de medidas como a nova legislação antitabágica parece-lhe eficaz a médio prazo?

HM — A nova legislação antitabágica, que me parece ter uma regulamentação algo confusa e de aplicação duvidosa, poderá vir a produzir algum efeito dissuasor e ter benefícios em relação ao chamado «tabagismo passivo». No entanto, creio que só a educação da juventude — muito jovem — e sua elucidação sobre o «erro do tabaco» dará verdadeiramente frutos.

Pressão da sociedade civil para agilizar medidas

JPC — Já se falou da redução das taxas de sal em alimentos pré-confeccionados e de um maior controlo da publicidade dirigida a crianças sobre alimentos «perigosos», do ponto de vista da obesidade infantil, no entanto não se perspectiva

uma data para a entrada em vigor dessas medidas. Esta Carta pode, de alguma forma pressionar a tomada deste tipo de decisões na política da Saúde?

HM — O Conselho de Ministros Europeu, reunido em Bruxelas no princípio de Dezembro passado, aprovou o documento que recomendava a aplicação dos princípios da Carta do Coração. A partir desse momento, os governos da União Europeia estão obrigados a irem implementando políticas com impacte positivo na saúde cardiovascular. A rapidez com que o fizerem poderá depender também da «pressão» exercida pela sociedade civil — doentes, famílias, associações e sociedades científicas, profissionais de saúde, etc.

JPC — O artigo 5.º define que «os factores de risco podem ser combatidos pelos profissionais de saúde, defendendo a identificação e o tratamento das pessoas em alto risco». Isto significa que a Carta deve ter também uma influência na prática clínica, assumindo, de algum modo, alguma despreocupação por parte dos profissionais de saúde em relação à prevenção e tratamento da doença cardiovascular?

HM — Sinceramente, acho que, no que respeita a Portugal, a prática clínica já está bastante atenta à prevenção da doença cardiovascular. É evidente que a Carta, que a Sociedade Portuguesa de Cardiologia enviou a cerca de 13 mil médicos — cardiologistas, internistas, clínicos gerais, neurologistas —, reavivará as ideias fundamentais a ter presentes.